

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setembro tem 1º superávit desde 2012.....3

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo do Peru quer aumentar imposto de contribuintes de renda alta..... 4

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dia Nacional do Livro: hábito da leitura aumentou na pandemia.....5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras lucra R\$ 31,1 bi e vai dobrar retorno a acionistas..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden anuncia novo pacote social e ambiental menor..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

PEC dos Precatórios sobe no telhado..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Auxílio Brasil vem aí, mesmo sem recurso..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

O toma lá dá cá dos precatórios - BRASÍLIA - DF..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

Na contramão do mundo, Brasil polui mais..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Após alta dos juros, dólar volta a subir..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Greve dos caminhoneiros no radar..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O risco maior (Editorial)..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Proposta não garante ampliação de emendas para R\$ 16 bilhões..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação do aluguel tem alta de 0,64% em outubro e alcança 21,73% em 12 meses..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Fundo compra imóveis para alugar a famílias com desconto..... 27

Sexta-Feira, 29 de Outubro de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Contração fiscal ou monetária? (Artigo) 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - AMBIENTE
ECONOMIA

Brasil aumenta 9,5% as emissões de gases-estufa mesmo com pandemia 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo avalia prorrogar auxílio emergencial 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Um mau governo contamina (Editorial) 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

BC dá recado ao governo com a alta dos juros (Editorial) 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar fecha em R\$ 5,62 com risco fiscal e Selic 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB dos EUA desacelera, com falhas em suprimento 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Desancoragem fiscal pode levar inflação e juro a circulo vicioso 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Antes crédito extraordinário que PEC, diz Pessoa 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gasolina e gás de cozinha rumam para recorde 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Dificuldade em aprovar PEC pode fazer governo prorrogar auxílio 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
POLÍTICA

STF deve decidir sobre tabela do frete no início de 2022 41

Setembro tem 1º superávit desde 2012

Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Governo do Peru quer aumentar imposto de contribuintes de renda alta

Lima, 28 out (EFE).- A **reforma tributária** planejada pelo governo do Peru tem como alvos principais os contribuintes de altas rendas - que ganham mais de 300 mil sóis (US\$ 75 mil) por ano -, as mineradoras com grandes lucros e empresas com dívidas tributárias milionárias.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira pelo ministro de Economia e Finanças, Pedro Francke, após o governo ter solicitado ao Parlamento poderes legislativos em matéria tributária durante 120 dias para realizar a reforma.

Francke explicou que o principal objetivo é aumentar a arrecadação de **impostos**, já que no Peru ela representa cerca de 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**), longe dos 27% da média registrada na América Latina e quase metade dos 40% relatados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Enquanto isso, a evasão fiscal corresponde a 8% do **PIB**, três vezes o que o país gasta anualmente em saúde ou o dobro do orçamento público em educação, e até dez vezes os gastos públicos em programas de proteção social.

MAIS PRESSÃO SOBRE RENDAS ALTAS.

O governo peruano propõe manter as atuais alíquotas cobradas das classes média e baixa e aumentar as que são aplicadas às pessoas físicas com rendas altas - que ele considera como as que ganham mais de 300 mil sóis por ano, o que equivale a 0,5% dos contribuintes. O objetivo é elevar a cobrança de 29% de imposto para de 31% a 35%.

O Ministério da Economia também quer aumentar as taxas sobre lucros e dividendos, para que os ganhos nos mercados de capitais, como o acionário, não sejam mais tributados a 5%, mas a até 15%.

Dentro dos **impostos** cobrados pelos municípios, a intenção é estabelecer escalas progressivas de **impostos**, como os sobre veículos, para que se pague mais por um veículo de luxo, e incluir os proprietários de iates neste conceito.

STREAMINGS SEM TRIBUTAÇÃO.

O ministro negou que o governo planeje aumentar o Imposto Geral sobre Vendas (IGV) - como o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é conhecido no Peru - ou incluir novos setores da economia na cobrança, mas disse que gostaria de cobrá-lo da Netflix e de outras plataformas de streaming que atuam no país, embora veja impossibilidade.

Não temos como cobrá-los, porque eles transmitem do exterior. Já existem vários países latino-americanos como Argentina, Uruguai, Colômbia e México que estabeleceram mecanismos de arrecadação. Isso significa que temos que nos modernizar diante de uma economia digital do futuro que exige que repensemos nossos mecanismos fiscais, afirmou. EFE

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/10/29/governo-do-peru-quer-aumentar-imposto-de-contribuintes-de-renda-alta.htm>

Dia Nacional do Livro: hábito da leitura aumentou na pandemia

A pandemia de covid-19 fez com que a população de todo o mundo passasse por experiências de isolamento e distanciamento social. Para muitas pessoas, os grandes companheiros durante estes momentos foram os livros, que são celebrados hoje (29) - Dia Nacional do Livro - em todo o território nacional.

As livrarias, que tiveram que fechar as portas logo no início da emergência sanitária, foram altamente afetadas pela impossibilidade de vendas. Agora, registram o retorno gradual do público e o aumento significativo nas vendas de livros em geral.

As pessoas compraram muito mais livros [na pandemia]. Passados os quatro primeiros meses, quando houve muita incerteza e muitas dificuldades até mesmo de logística e de lojas fechadas, as pessoas começaram a se reconectar e as vendas cresceram, o que observamos no mundo inteiro. Aqui no Brasil demorou um pouco mais. Começamos a notar isso mais forte a partir de agosto. De setembro em diante, o crescimento foi tão grande que praticamente recuperou todas as perdas do período inicial da pandemia. E esse movimento permanece em 2021, disse Marcos da Veiga Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel).

Segundo ele, neste ano de 2021, o setor está crescendo de forma robusta inclusive sobre 2019, período anterior à pandemia. Acho que as pessoas redescobriram o prazer de ler e [isso] recolocou o livro nos hábitos diários, disse Pereira.

Ler é um hábito para a especialista em inovação Solange Belchior, 43 anos. Sempre foi uma das minhas atividades favoritas nas minhas horas vagas, disse ela, que costumava ler cerca de dez livros por ano. Solange lê muito mais do que a média nacional: a quantidade média de livros consumida pelo brasileiro é de apenas 2,5 livros inteiros por ano.

Como ocorreu com muitas pessoas, ela não conseguia ler no início da pandemia. O ano de 2020 foi muito intenso e eu não conseguia me concentrar. Li pouquíssimo, mas também não me forcei a ler. Leitura tem que ser por prazer, não por obrigação, falou. Já neste ano de 2021, ela leu mais do que costumava: foram 26 livros lidos até agora. Em 2021 tudo mudou. Foi o ano que mais li. Comecei a seguir no Instagram

mais pessoas ligadas aos livros e essas pessoas inspiram a gente a querer ler mais, saber mais, explicou.

Com menos deslocamentos pela cidade e menos atividades presenciais, grande parte das pessoas também teve mais tempo livre durante a pandemia. Por conta do trabalho, estudos, distância de casa e deslocamentos, o único tempo que tinha para ler era no transporte público. Por conta da pandemia estou em home office desde março de 2020, então tenho um pouco mais de tempo livre. Às vezes fecho o notebook e já emendo um livro para desligar a cabeça dessa doideira corporativa, disse Pedro Balciunas, 26 anos, escritor, roteirista e jornalista.

Nesse tempo, ele também criou um perfil no Instagram para publicar resenhas sobre livros. Como sempre li muito, as pessoas naturalmente vinham me procurar para pedir dicas de livros, incentivos para ler mais. Então decidi maximizar isso com a rede social, um lugar que te dá acesso a muita gente interessada no mesmo assunto que você, contou.

Balciunas tem o hábito de ler desde criança. E assim como Solange, passou a ler mais durante a pandemia. Em 2019, li 12 livros; em 2020 foram 14 livros. Até o momento, em 2021, já foram 24, falou.

O Painel do Varejo de Livros no Brasil, divulgado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) a partir de pesquisa feita pela Nielsen BookScan, demonstrou que, entre janeiro e setembro deste ano foram vendidos 36,1 milhões de exemplares de livros, aumento de 39% em comparação ao mesmo período de 2020.

Apesar da base de comparação ser baixa, já que em 2020 o setor ainda enfrentava muitos problemas relacionados à pandemia, esse aumento já é robusto em relação a 2019 também. A gente está crescendo em 2021 em relação a 2019. A gente cresceu muito em relação a 2020, ano da pandemia. Mas se comparar com 2019, é um crescimento robusto também, afirmou Marcos da Veiga Pereira, presidente do Snel.

Em entrevista à Agência Brasil, Vitor Tavares, presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), disse que a pandemia foi um momento muito difícil para o

setor. Principalmente nos primeiros meses após a chegada do novo coronavírus ao Brasil, quando os governos determinaram o fechamento do comércio não essencial - caso das livrarias. A pandemia afetou muito, não só o setor editorial, mas a economia como um todo. No começo da pandemia, ficamos muito preocupados porque as livrarias e as editoras, no mês de março, pararam. Ficamos praticamente 90 dias com o afastamento social. As livrarias físicas estavam fechadas, sem faturar nada. Todo mundo ficou muito preocupado, disse Tavares.

Depois, em um segundo momento, a gente percebeu que a pandemia não ia terminar assim tão rápido e começamos a nos reinventar. Os editores, por exemplo, se tinham planejamento de fazer uma certa quantidade de livros, diminuíram pela metade. As livrarias tradicionais, que já trabalhavam com vendas pela internet, tiveram um aumento muito bom, até dobraram o faturamento das vendas de livros pela internet. Foi o que de fato alavancou as vendas no ano de 2020, falou Tavares.

Solange foi uma das pessoas que comprou livros pela internet durante a pandemia. Comprei muito mais livros na pandemia. E o consumo foi muito maior pelo e-commerce. Mas com a volta da abertura do comércio, estou indo também em livrarias de rua pra comprá-los, disse Solange.

O gênero literário mais procurado durante a pandemia pelos brasileiros foi ficção. Em 2020, as pessoas consumiram muitos clássicos. O autor mais vendido durante a pandemia foi George Orwell, com *A Revolução dos Bichos*, disse o presidente do Snel.

Achei um livro simples e atemporal, que dialoga com questões atuais, como pós-verdade, exploração, corrupção, líderes insanos e escolhas de inimigos para gerar crises, descreveu Balciunas, um dos brasileiros que conheceu a obra do escritor indiano radicado em Londres.

Outro livro que também apareceu entre os mais vendidos nesse período foi a ficção distópica *1984*, também de Orwell. Todo brasileiro deveria ler este livro, acrescentou Solange.

Segundo o Snel e a CBL, outros gêneros literários com alta demanda foram guias de culinária e gastronomia, livros infantis e publicações sobre negócios.

Com o avanço da vacinação e a consequente diminuição dos casos de covid-19, as livrarias brasileiras puderam reabrir. Isso possibilitou também que novos livros fossem lançados no mercado. Na pandemia, foi muito difícil lançar livros novos. As livrarias fechadas impediram que a gente pudesse

apresentar novidades. E isso tem acontecido agora em 2021. Vamos perceber um crescimento muito forte no número de novos produtos lançados, disse Pereira.

As livrarias começaram a reabrir e a gente viu que o público leitor começou a voltar a comprar livros. O brasileiro, na pandemia, não deixou de ler. Assim como os autores não deixaram de escrever. Tivemos aumento muito interessante de novos livros, novos lançamentos, falou Tavares, citando que as inscrições para o Prêmio Jabuti, que é organizado pela Câmara, tiveram um grande aumento neste ano. Outro fenômeno ocorrendo com o avanço da vacinação é a abertura de novas livrarias físicas, principalmente na cidade de São Paulo.

Para incrementar as vendas, o setor também aposta em outras estratégias para se aproximar do leitor. Sempre fomos muito passivos em relação ao consumidor. Mas isso passou a ser mais ativo na pandemia, na medida em que a comunicação passou a ser online, todos os departamentos de marketing das principais editoras passaram a centrar atividades e esforços, em construir uma base de relacionamento direto com seus leitores. O livro passa a ser muito mais presente em sua vida, disse o presidente do sindicato.

Outra estratégia citada por Tavares foi que as livrarias, principalmente as menores, passaram também a vender pela internet, utilizando suas redes sociais. As livrarias de bairro, as menores, foram as que mais sofreram na pandemia. Elas não têm um capital para ficar fechadas por um período muito longo. A gente viu que muitas delas tiveram que fechar ou ser vendidas. Mas também percebemos que muitas começaram a adquirir, correr atrás e vender livros pela internet, Whatspp, por rede social, fazendo lives.

Depois desse período mais difícil da pandemia, o setor agora se anima também com a volta dos eventos presenciais dedicados ao livro, como a Bienal do Livro de São Paulo. Em julho de 2022, ela volta a ser presencial e vai prestar uma homenagem a Portugal, como parte das celebrações pelos 200 anos da Independência do Brasil.

Apesar dessas perspectivas positivas, o setor ainda batalha para impedir que a taxa sobre os livros seja aprovada. Desde 1946, os livros são isentos de **impostos**, mas uma proposta de **reforma tributária** do governo prevê o fim dessa isenção. Temos combatido, lutado muito, para que o livro não seja tributado e para que ele seja acessível cada vez mais para a população como um todo, disse Tavares.

Em celebração ao Dia Nacional do Livro, Solange reforça a importância da leitura como instrumento de

transformação. Acho que é uma troca muito intensa de conhecimento entre o escritor e o leitor. Além claro, de que quanto mais se lê, mais a gente entende as questões políticas e sociais que envolvem nosso dia a dia. Com isso, começamos a pensar e agir de forma diferente para que o cenário mude , refletiu.

Dica? Desligue do celular e vá ler um livro , acrescentou. Nada contra TV, séries, novelas, eu mesmo adoro tudo isso, mas leitura é uma forma muito mais potente e dinâmica de estimular o nosso cérebro, isso é científico. Ela te coloca em contato consigo mesmo de uma maneira muito sutil e que ativa capacidades cognitivas de atenção, foco e concentração que nenhum outro meio possibilita.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2021/10/29/dia-nacional-do-livro-habito-da-leitura-aumentou-na-pandemia.htm>

Petrobras lucra R\$ 31,1 bi e vai dobrar retorno a acionistas



Nicola Pamplona, Ricardo Delia Colletta e Marianna Holanda RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA

Com petróleo e combustíveis em alta, a Petrobras registrou lucro de R\$ 31,1 bilhões no terceiro trimestre de 2021 e decidiu dobrar o valor dos dividendos distribuídos aos seus acionistas, que chegarão a R\$ 63,4 bilhões no ano.

O anúncio ocorreu pouco depois de novas queixas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à empresa pelos altos lucros em um momento de escalada dos preços dos combustíveis. Para Bolsonaro, a Petrobras deveria ter um viés social e lucrar menos.

Com o resultado do trimestre, o lucro acumulado pela companhia em 2021 já soma R\$ 75,1 bilhões. Após anunciar a distribuição de R\$ 31,6 bilhões ao fim do primeiro semestre, a direção da empresa propôs nesta quinta-feira (28) pagar mais R\$ 31,8 bilhões a seus acionistas.

"A distribuição considera as perspectivas de resultado e geração de caixa da Petrobras para o ano de 2021, sendo compatível com a sustentabilidade financeira da companhia, sem comprometer a trajetória de redução de seu endividamento e sua liquidez", disse a companhia.

Segundo a empresa, o lucro do terceiro trimestre teve forte influência de fatores não recorrentes, como revisões de valores contábeis de ativos pela valorização do petróleo e recuperação de investimentos feitos no campo de Búzios, no pré-sal.

O lucro recorrente, desconsiderando os fatores extraordinários, seria de R\$ 17,4 bilhões. No balanço, o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna,

comemora a queda da dívida bruta da companhia, que fechou o trimestre em US\$ 59,6 bilhões, já abaixo da meta estipulada para o fim de 2022.

"Atingimos nossa meta de endividamento muito antes do planejado e estamos dividindo parte das riquezas geradas com a sociedade e nossos acionistas através de **impostos**, dividendos, criação de empregos e investimentos", disse Silva e Luna.

Sofrendo os impactos do expressivo aumento de preços dos combustíveis em sua popularidade, Bolsonaro, porém, criticou os resultados da empresa.

"Repito: ninguém vai quebrar contrato, ninguém vai inventar nada. Mas tem que ser uma empresa que dê um lucro não muito alto como tem dado. Porque além de lucro alto para acionistas, a Petrobras está pagando dívidas bilionárias de assaltos que ocorreram há pouco tempo na empresa", declarou o presidente em redes sociais.

Ele voltou a dizer que a privatização da estatal entrou no radar do governo e defendeu mudança na política de preços da Petrobras, que atrela o valor dos combustíveis ao mercado internacional.

"Porque se é uma empresa que exerce um monopólio, ela tem que ter seu viés social, no bom sentido. Ninguém quer dinheiro da Petrobras para nada; queremos que a Petrobras não seja deficitária obviamente, invista também em gás - com mais atenção em gás- e não apenas em outras áreas. Então a gente quer uma Petrobras voltada para isso, mas carecemos de mudança de legislação que passa pelo Parlamento", disse Bolsonaro.

Ao sugerir mudança na política de preços da Petrobras, Bolsonaro disse que o governo busca alteração legislativa para viabilizar a operação. A informação, porém, é falsa.

"A Petrobras é obrigada a aumentar o preço, porque ela tem que seguir a legislação. Nós estamos aqui tentando buscar uma maneira de mudar a lei nesse sentido", disse.

Não há, porém, uma lei que obrigue a Petrobras a reajustar o combustível. O que existe é a política de preços definida pela própria estatal, que desde 2016

acompanha os valores do petróleo no mercado internacional, em dólar. Como o real tem tido forte desvalorização ante a moeda americana, isso encarece os combustíveis.

"Não é justo, você vive num país em que se paga tudo em real, um país praticamente autossuficiente em petróleo e tem o preço do seu combustível atrelado ao dólar. Realmente ninguém entende isso, mas é coisa que vem de anos, que você tem que buscar maneiras de mudar", afirmou o presidente.

Com a reabertura gradual da economia, a Petrobras teve no trimestre as melhores vendas de óleo diesel desde 2015, com 867 mil barris por dia. As vendas de gasolina, de 441 mil barris por dia, foram as melhores para um trimestre desde 2017.

O preço médio da cesta de combustíveis da companhia subiu 5,2% em relação ao trimestre anterior, para R\$ 421,97 por barril.

No ano, o preço da gasolina nas refinarias já acumula alta de 74%. Já o diesel subiu 65%. A escalada vem ajudando a pressionar a **inflação**, que atingiu na prévia de outubro o maior patamar desde 1995, com alta de 1,20%.

A insatisfação com o preço do diesel já motivou protestos de transportadoras no Rio de Janeiro e em Minas Gerais e de caminhoneiros no Pará. Entidades ligadas a caminhoneiros autônomos prometem para esta segunda (1º) uma paralisação nacional.

Os melhores preços e melhores vendas levaram a receita da Petrobras para R\$ 121,6 bilhões no terceiro trimestre, 72% acima do relatado no mesmo período do ano anterior. O Ebitda, indicador que mede a capacidade de geração de caixa, foi 81,7% maior, chegando a R\$ 60,7 bilhões.

A dívida bruta da companhia caiu 6,4% do segundo para o terceiro trimestre, para os US\$59,6 bilhões abaixo da meta para o fim de 2022, resultado comemorado por Silva e Luna.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

13

Biden anuncia novo pacote social e ambiental menor

James Politi e Lauren Fedor

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

PEC dos Precatórios sobe no telhado



No Congresso, a PEC dos Precatórios (PEC 23/2021) está longe de ter um acordo. Havia expectativa de que ela fosse a plenário ontem, mas o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) não conseguiu os votos necessários para aprovar o texto. Ainda na última quarta-feira, Lira adiantou que a votação poderia ocorrer só no próximo dia 3 de novembro, na quarta-feira. Ontem, o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), confirmou a informação.

Mas, por enquanto, não há qualquer entendimento que permita cravar uma data para a aprovação da PEC. Segundo o deputado Ênio Verri (PT-PR), a negociação segue emperrada. O presidente da Câmara conversou com líderes da oposição na última quarta, mas a reunião, segundo o petista, não deu em nada.

"Ele nos procurou, tentou mostrar a importância de aprovar a PEC dos Precatórios, os argumentos que ele tem. Nós divergimos frontalmente da tese dele, entendemos que não é esse o caminho. Portanto, não há como compor", afirmou. Para o parlamentar, a PEC "subiu no telhado". "De 500 deputados que porventura estarão presentes na quarta-feira, se 170 votarem contra, sobram 330. Ele precisa de 308, é um risco muito grande. Vai que um falta na sessão, muda de opinião, não vota. A situação hoje da PEC 23 é muito frágil. Eu diria que ela subiu no telhado", avaliou o parlamentar de oposição.

Os interessados na aprovação da PEC estão otimistas, mas admitem que o texto ainda não reúne condições de passar. A proposta esbarra, entre outras

questões, no montante a ser recebido por estados. "Vamos votar semana que vem. Não temos acordo, estamos buscando votos, acertando arestas, temos que equacionar a questão da Bahia (que tem cerca de R\$ 10 bilhões a receber em precatórios) e é um trabalho do Arthur Lira", afirmou Ênio Verri.

Pedalada fiscal

Enquanto isso, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM) colhe assinaturas para uma PEC de sua autoria, que institui o pagamento de parte dos precatórios fora do teto. "A alternativa é a PEC que eu apresentei, que paga parte dos precatórios fora do teto. Queremos apensar a PEC 23 e fazer uma emenda aglutinava", disse, ao Correio. Ele acredita que, nessas condições, o texto seria aprovado "com tranquilidade".

A PEC que está em discussão, segundo ele "fura o teto disfarçadamente", e é uma "pedalada fiscal". "É um calote em credores na medida que compromete as decisões judiciais prorrogando o pagamento de dívidas. O governo está desesperado, porque o núcleo político do Bolsonaro acha que a última boia de salvação é a questão desse novo Bolsa Família. O que eles não sabem é fazer conta. De todo jeito, o que estão fazendo vai ter impacto no câmbio. A **inflação** e a alta do dólar serão tão altas, que comerão o valor que eles querem pagar", pontuou Ramos.

Para o vice-presidente da Câmara, será difícil conseguir os votos necessários para aprovar a PEC 23. Ele considera uma "bomba fiscal" a possibilidade de o governo decretar estado de calamidade para tentar encaixar o novo programa nas contas. "Todo mundo é interessado em garantir um Auxílio Brasil num valor maior, mas todo mundo quer que o país continue sendo respeitável, que garanta cumprimento das decisões judiciais. Eu poderia só estar falando que voto contra, mas estou apresentando uma alternativa", completou. (IM)

Pacheco: solução é a melhor possível

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse, ontem, que a PEC dos Precatórios é a melhor solução disponível para financiar o Auxílio Brasil. Segundo ele, a fórmula criada pela PEC - que corrige o valor dos precatórios desde 2016 e permite outras negociações jurídicas para resolução do saldo - não é perfeita, mas cumpre esse objetivo. "O programa social precisa estar estruturado em balizas sólidas e previsíveis. Dar

efetividade para que haja o recurso é a nossa preocupação básica. A solução que foi concebida é uma ideia que, confesso, não encontrei nenhuma melhor. Com isso, abre-se o espaço fiscal para o programa. Espero a decisão da Câmara, vamos aguardar o desfecho. É uma questão prioritária para o Senado", comentou Rodrigo Pacheco. (Com Agência Senado).

Auxílio Brasil vem aí, mesmo sem recurso



ISRAEL MEDEIROS

O governo federal pretende começar a pagar o Auxílio Brasil em novembro de qualquer jeito, mesmo sem garantia orçamentária para financiar a empreitada. O benefício é considerado a aposta do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para tentar recuperar alguma popularidade para 2022. O novo programa começará a ser pago a partir de 17 de novembro apenas para as 14,6 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Elas terão a correção do valor médio do benefício em cerca de 17,8% para repor parte da **inflação** acumulada desde 2018. O valor do benefício nessa fase de transição será de R\$ 220, segundo adiantou ontem o Blog da Denise.

Com isso, o governo deixa de cumprir, nos últimos meses de 2021, a promessa de ampliar a base de beneficiários e turbinar os valores pagos pelo Bolsa Família. O presidente Jair Bolsonaro chegou a anunciar que nenhuma família receberia menos de R\$ 400 no Auxílio Brasil e intimou a equipe econômica a encontrar meios para chegar a esse valor. Mas a vontade presidencial esbarrou na resistência do Ministério da Economia, que calculava um tíquete médio de R\$ 300 para o substituto do Bolsa Família.

Foi com essa estimativa que a equipe econômica garantiu, em setembro, que a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) seria suficiente para bancar o Auxílio Brasil nos últimos dois meses de 2021, logo após o fim do auxílio emergencial. A ideia era bancar o novo programa com o aumento de arrecadação advinda da aprovação da reforma do Imposto de Renda e da economia com a PEC dos Precatórios. Porém ambas travaram no Congresso e não têm data para voltar a andar.

A ordem de Bolsonaro para elevar o benefício para R\$

400 provocou um terremoto orçamentário e baixas sucessivas na equipe do ministro Paulo Guedes. O Auxílio Brasil turbinado aumentou a pressão sobre o teto de gastos e resultou na saída de quatro secretários do Ministério da Economia na semana passada. Após ser convencido por Bolsonaro a ficar no cargo, Paulo Guedes chegou a dizer que, se o benefício fosse de R\$ 300, seria possível bancá-lo sem furar o teto. Mas que, para honrar o pedido do presidente, era necessário "gastar mais", mesmo que isso significasse "tirar uma nota menor no fiscal". Trocando em miúdos: Guedes tornou-se um ministro fura-teto.

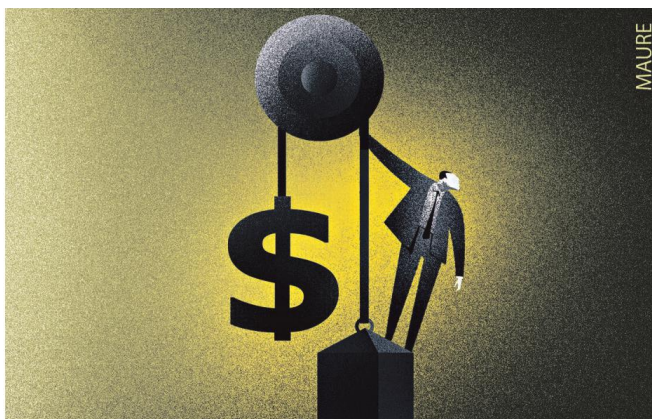
Pagamento retroativo

Se o Congresso aprovar a PEC dos Precatórios na próxima semana - o que, segundo parlamentares ouvidos pelo Correio, não deve ocorrer -, as famílias poderão receber o benefício de R\$ 400 em dezembro e completar a diferença referente ao valor de novembro de forma retroativa. No entanto, a PEC dos Precatórios está com sérias dificuldades para avançar no Congresso e há, no governo, quem tenha cogitado renovar o auxílio emergencial.

É o caso do ministro Ciro Nogueira (PI), que participou, na última quarta-feira, de uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e o ministro João Roma, da Cidadania, além de parlamentares da base aliada do governo. Eles se encontraram para decidir como prosseguir diante do impasse em torno da PEC dos Precatórios na Câmara. A votação foi adiada por falta de quórum, e a oposição está irredutível sobre o assunto. Lira ainda não tem votos para aprovar o texto.

O ministro João Roma, no entanto, afirmou ontem que "não há planos de prorrogar o auxílio emergencial". "O programa social do governo chama-se Auxílio Brasil e será pago já no mês de novembro. A folha, inclusive, já está fechada", disse o ministro da Cidadania, João Roma, ao Blog da Denise. Se as duas PECs essenciais para o custear os R\$ 51,1 bilhões previstos para o programa em 2022 não avançarem no Congresso, apenas o reajuste permanente de 17,8% estará garantido para o próximo ano.

O toma lá dá cá dos precatórios - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Parlamentares ligados ao presidente da Câmara, Arthur Lira, já fizeram chegar aos aliados do governo que, se a proposta de emenda à Constituição (PEC), que parcela a dívida dos precatórios, não for aprovada, faltarão recursos para as RP9, aquelas emendas ao Orçamento que atendem diretamente a base governista.

Aliás, o reforço na liberação das emendas é justamente o que os aliados do Executivo esperam para votar a PEC. Se houver garantia de que isso será possível, será mais fácil atingir os 308 votos.

Caso esse argumento não seja suficiente, outros já estão no discurso do governo, por exemplo, "quem

estiver contra a PEC está contra atender os mais pobres", conforme tem repetido o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros. A alta do dólar e a queda das bolsas, que agitaram o mercado na quinta-feira, por causa da incerteza sobre a aprovação da PEC, também farão parte da narrativa. O tema, conforme o leitor da coluna já sabe, virou questão de honra para Arthur Lira.

Cachimbo da paz nas alturas

O presidente Jair Bolsonaro aproveita a viagem à Itália com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Cidadania, João Roma, para fechar todas as contas em relação aos programas sociais do governo e acabar com as intrigas entre as áreas social e econômica.

Primeiros acordos...

Observatório da Pandemia, aprovado pelo Senado Federal para acompanhar os desdobramentos das ações judiciais pedidas no relatório final da CPI, é a fórmula para que o assunto continue vivo. O colegiado continuará nas mãos do presidente Omar Aziz, e a relatoria, com Renan Calheiros.

... de um discurso

Para o futuro candidato do PSD ao Planalto, Rodrigo Pacheco, que não hesitou em colocar o tema em pauta, é a montagem de um discurso de que o Senado cumpre o seu papel de agir e fiscalizar as ações.

Por falar em Pacheco...

O presidente do Senado não será empecilho para a aprovação da PEC dos precatórios. Se passar na Câmara-e tudo indica que a blitz que o governo pretende fazer na semana que vem deverá ajudar na aprovação -, o Senado debaterá e votará logo.

Cobrem de Bolsonaro e Paulo Guedes

Aliados de Pacheco estão convencidos de que é preciso aprovar projetos importantes na seara econômica para deixar claro que o descontrole nas contas públicas, que gera **inflação** e incertezas, é de responsabilidade do governo, e não do Senado.

O xerife das eleições/ É assim que muitos deputados estão se referindo ao ministro Alexandre de Moraes, que vai presidir o processo eleitoral no TSE em 2022. Depois de relatar o inquérito relacionado às fake news no Supremo Tribunal Federal, essa missão no TSE vem sob encomenda para garantir a lisura e a segurança do pleito de 2022.

O kit antifake news/ É assim que os políticos chamaram a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o mandato do deputado estadual Fernando Francischini (PSL-PR) e os avisos transmitidos na votação da ação contra a chapa Jair Bolsonaro-Hamilton Mourão, de que disparos em massa de notícias falsas nas redes sociais, durante o período eleitoral, vão dar cadeia. Leia mais detalhes no Blog da Denise, em www.correiobraziliense.com.br.

Estilo Kassabiano/ Perguntado nos bastidores do CB.Poder, se vai chamar a empresária Luiza Trajano (foto) para vice na chapa encabeçada por Rodrigo Pacheco, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, com a sua mineirice, respondeu: "Só quando tiver a certeza de que ela vai aceitar".

Cartão para a COP26/ Está sobre a mesa do governador Ibaneis Rocha (MDB) o Projeto de Lei 121/2019 aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), do deputado distrital Rodrigo Delmasso (Republicanos). O PL institui a política pública Brasília Lixo Zero. Um marco no tratamento do lixo no Brasil, a proposição elenca um conjunto de ações e termos de cooperação para parcerias público-privadas de reaproveitamento dos rejeitos e sua destinação para reduzir o aquecimento global.

"Sextou" na quinta/ O movimento na Câmara dos Deputados, ontem, estava já com cara de feriadão. A quinta mais calma, porém, foi proposital. A ordem é aliviar agora para apertar e exigir presença na quarta-feira, dia 3, data de votação da PEC dos Precatórios. O certo, no entanto, em tempo de volta de sessões presenciais, seria casa cheia todos os dias úteis.

Na contramão do mundo, Brasil polui mais

» **GABRIELA CHABALGOITY***

Em direção oposta ao que é visto no mundo, em 2020, o Brasil aumentou as emissões de gases do efeito estufa, em relação ao ano anterior. De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima, o país registrou um aumento de 9,5% nas emissões, enquanto o planeta, no mesmo período, obteve uma queda de quase 7%. Na avaliação de especialistas, o Brasil entrou na contramão do meio ambiente em razão da alta no desmatamento da Amazônia e do cerrado.

O Brasil emitiu 2,16 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente (GtCO₂e), em 2020. No ano anterior, a quantidade de emissões chegou a 1,97 bilhão de toneladas, segundo o Observatório do Clima. O volume de gases poluentes lançados à atmosfera em 2020 foi o maior desde 2006.

Só na Amazônia, foram 782 toneladas de CO₂e emitidas. Com esse volume, a floresta se torna uma das maiores fontes de emissão do planeta. No cerrado, foram 113 milhões de toneladas de CO₂e. Se os dois biomas juntos formassem um país, seria o oitavo maior emissor de poluentes do mundo.

Segundo o Observatório do Clima, o Brasil é o quinto país mais poluidor em relação às emissões globais. É superado por China, Estados Unidos, Rússia e Índia. A média mundial de emissões foi de 6,7 toneladas brutas, enquanto a do Brasil foi de 10,2 toneladas.

O coordenador geral do MapBiomas, Tasso Azevedo, alerta que é impossível evitar que a temperatura global aumente 1,5°C sem o esforço do Brasil e de outros países poluidores no controle de emissão de gases. "O Brasil precisa entrar em uma redução de emissões, e não de aumento", ressaltou.

As mudanças no uso da terra, agricultura e setor de resíduos foram setores da economia que registraram alta nas emissões. O setor da energia foi marcado por uma queda, enquanto que os processos industriais ficaram estável. Segundo o relatório, o setor energético teve uma redução de 4,6% devido à recessão e ao isolamento social no primeiro semestre de 2020, que derrubaram o consumo de gasolina no transporte de passageiros. O consumo de eletricidade foi na contramão da energia, e teve um aumento de 0,5% nas emissões, considerado pelos especialistas, estável.

O setor de agropecuária aumentou em 2,5% as emissões e teve a maior elevação percentual desde 2010. Segundo os pesquisadores, o incremento foi influenciado pelo consumo de carne. Com mais gado no pasto, mais metano foi emitido pelo rebanho. As emissões no setor de resíduos subiram 1,6%, por conta do tratamento de efluentes domésticos e pelo aumento na geração de resíduos sólidos durante a pandemia.

O socioambientalista Thiago Ávila explica o perfil dos países geradores de mais poluição. Ele observa que as economias costumam ter cerca de 70% de suas emissões a partir dos setores de energia e transporte. No caso do Brasil as emissões são fruto do avanço descontrolado do agronegócio. "A derrubada e a queima das florestas (que emite dióxido de carbono), a pecuária de alta intensidade (que emite metano) e a monocultura de commodities para exportação (que emite óxido nitroso em seus fertilizantes industriais) representam 70% das emissões no Brasil. A forma como foi conduzida a questão ambiental e o desmonte de suas políticas "passou a boiada" nos biomas do país com recordes de desmatamento e queimadas, trouxeram graves consequências à luta contra a emergência climática", disse.

Tendências graves

Duas tendências preocupam os especialistas. A primeira é que o Brasil está indo na direção oposta da redução de emissões desde 2010, quando foi regulamentada a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que estabeleceu a primeira meta doméstica de redução de emissões do Brasil. A segunda tendência é que o aumento nas emissões coloca o Brasil em desvantagem para o ano de 2021, quando se inicia o período de cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), a meta brasileira no acordo de Paris.

De acordo com o relatório divulgado pelo Observatório do Clima, em 2020, o país ficou mais pobre e poluiu mais. Mesmo com a retração de 4,1% do **PIB**, as emissões de gases de efeito estufa sofreram uma aceleração, a maior alta percentual desde 2003.

No dia 31, na Escócia, o mundo vai discutir o futuro ambiental do planeta na COP26, Conferência das Nações Unidas para a Mudança no Clima. Os especialistas acreditam que o Brasil terá pouco a contribuir. "O Brasil, pelo que mostrou esta semana,

vai levar um Plano de Desenvolvimento Verde, vazio, sem metas, sem objetivos, sem recursos. O Brasil não tem o que levar. Quem está levando é a sociedade civil, o setor empresarial, que está levando uma série de iniciativas", criticou Tasso Azevedo.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

UM PAÍS POLUENTE

Monitoramento indica que, em 2020, o Brasil aumentou a emissão de gases nocivos à atmosfera. O país é o quinto maior poluidor do planeta.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Agropecuária

2019: 562.987.702 — **29%**

2020: 577.022.998 — **27%**

Varição: **2,5%**

Energia

2019: 412.466.747 — **21%**

2020: 393.705.260 — **18%**

Varição: **- 4,5%**

Processos industriais

2019: 99.472.616 — **5%**

2020: 99.964.389 — **5%**

Varição: **0,5%**

Resíduos

2019: 90.399.714 — **5%**

2020: 92.047.812 — **4%**

Varição: **1,8%**

Mudança de uso da terra e floresta

2019: 806.996.124 — **41%**

2020: 997.923.296 — **46%**

Varição: **23,7%**

Total de Emissões Brutas

2019: 1.972.322.903

2020: 2.160.663.755

Varição: **9,5%**

Total de Emissões Líquidas

2019: 1.366.613.309

2020: 1.524.954.161

Varição: **14,1%**

(Em toneladas)



Após alta dos juros, dólar volta a subir



ROSANA HESSEL

Um dia após o Banco Central elevar a taxa básica em 1,5 ponto percentual, para 7,75% ao ano - e sinalizar uma alta da mesma grandeza na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro, que levaria os juros para 9,25% -, a reação dos mercados foi negativa. Para analistas, com a forte deterioração do quadro fiscal, que entrou no radar após o governo admitir o descumprimento do teto de gastos para bancar programas sociais em 2022, a alta dos juros deve ser mais intensa do que o sinalizado pelo BC. As apostas são de que a Selic deve alcançar, pelo menos, 10%, no fim do ano. Para o fim do ciclo de ajuste monetário, que pode se estender até maio de 2022, as previsões variam de 11% a 14,50%.

Diante desse cenário pouco animador para a economia, o dólar comercial, ontem, voltou a ficar acima de R\$ 5,60 e a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) praticamente andou de lado. Fechou no vermelho, apesar da divulgação de balanços positivos, como o da Ambev, que registrou aumento de 57,4% no lucro do terceiro trimestre, para R\$ 3,7 bilhões. A divisa norte-americana subiu 1,26%, para R\$ 5,62. Enquanto isso, o Ibovespa, principal indicador da B3, recuou 0,62%, para 105.705 pontos.

Especialistas avaliaram que o BC foi forçado a reconhecer a piora nas expectativas com a deterioração do arcabouço fiscal depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmar que será preciso alterar a regra do teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento das despesas à variação da **inflação** - para viabilizar o pagamento de um benefício de R\$ 400 por meio do programa Auxílio Brasil. Para analistas, o governo passou a fazer a chamada contabilidade criativa, em níveis até mesmo

acima do que ocorreu no período da então presidente Dilma Rousseff. Para Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), em vez de cortar gastos ineficientes e emendas parlamentares, o governo quer uma licença para gastar mais em pleno ano eleitoral.

O principal mecanismo para isso é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que está com dificuldades para tramitar no Congresso. A PEC, além dar calote em dívidas judiciais, muda o indexador do teto, manobra que pode abrir um espaço fiscal de quase R\$ 100 bilhões.

"O fato de o Copom sinalizar uma preocupação maior com o fiscal do que em outras reuniões fez o mercado perceber que a deterioração das contas públicas é grave, e o mercado está reagindo a isso. O BC apenas solidifica uma percepção de deterioração grande. Uma parte do mercado, claro, está frustrada, porque esperava uma alta maior na Selic, mas o principal motivo do mau humor é que o risco fiscal voltou para o radar", avaliou a economista Juliana Inhasz, professora do Insper. Para ela, a tendência, agora, é de muita volatilidade na Bolsa, pelo menos, até as eleições.

As incertezas devem aumentar no ano que vem, e, com isso, o real deverá ficar cada vez mais fraco, o que continuará pressionando a **inflação**, que não deverá dar trégua tão cedo, de acordo com os especialistas. "A reação do mercado não foi porque o BC errou na intensidade do choque. Foi dentro do que esperava a maioria. Havia pouca gente prevendo uma alta acima de 1,5 ponto percentual na Selic. O problema é que a expectativa de piora no fiscal é uma realidade e, com isso, o dólar ainda poderá subir e chegar a R\$ 6, com o governo abdicando da capacidade de fazer política econômica" afirmou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, um dos primeiros analistas a alertar que o dólar não deveria ficar abaixo de R\$ 5 tão cedo. Segundo ele, a Selic deverá chegar ao início de 2022 entre 11% e 12% ao ano.

Choque

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, o BC deveria ter dado um choque de verdade na Selic, mas a questão fiscal faz as projeções de **inflação** continuarem em alta. Segundo Velho, apenas com juros acima de 10% no fim do ano será possível conseguir trazer a **inflação**

para abaixo do teto da meta, de 5%, em 2022, pois algumas estimativas do mercado já encostam em 6%.

"O adiamento da PEC dos Precatórios é uma derrota do governo porque tira espaço para ampliar despesas. E como o presidente Jair Bolsonaro vai adotar o Auxílio Brasil de qualquer forma, é mais gasto fora do atual teto", disse Velho. Ele lembrou que, ontem, diante da piora nas expectativas, os contratos de juros DI para 2023, "que refletem a Selic de dezembro de 2022, estavam acelerando 70 pontos, chegando a 12,2% ao ano".

Diante do quadro de alta na curva de juros, Felipe Salto, do IFI, reforçou que o cenário mais pessimista traçado pela entidade, com o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescendo apenas 0,1% em 2022 e a dívida pública voltando a disparar, chegando a 122,3% do **PIB** em 2030, "é o que está se consolidando como o mais provável". "Destruíram tudo", lamentou.

Greve dos caminhoneiros no radar

VERA BATISTA » FERNANDA STRICKLAND

Apesar das divisões na categoria, caminhoneiros afirmam que está de pé a greve marcada para 1º de novembro em defesa da redução do preço do diesel. Ontem, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, reuniu-se com representantes do setor, mas, em nota distribuída pela pasta, negou que o encontro tenha tratado da possível paralisação.

Aldacir Cadore, um dos principais responsáveis pelo movimento que parou o país em 2018, disse que recusou o convite do ministro. "Fui chamado para participar da reunião e recusei. Até onde eu sei, ninguém aceitou", avaliou Cadore. Um dos principais articuladores da greve, Wallace Landim, o Chorão, que comanda a Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), garantiu que a greve tem apoio de 68% da categoria.

Para Chorão, quem foi ao ministério foi o pessoal ligado às manifestações de 7 de Setembro. "Caminhoneiros que trabalham para o agronegócio", disse. Além da queda no preço do diesel, os profissionais defendem o cumprimento do piso mínimo do frete e o retorno da aposentadoria especial após 25 anos de contribuição ao **INSS**.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), que esteve no encontro com o ministro, informou que "não respalda qualquer movimento grevista por parte de caminhoneiros autônomos, até porque eles não nos representam". Segundo a entidade, Tarcísio de Freitas disse que "o governo garantirá a segurança nas estradas brasileiras. A CNT reafirmou que, 'com segurança, as transportadoras não irão parar e não haverá desabastecimento". Ontem, os caminhoneiros da Baixada Santista aprovaram a adesão à greve, que deve começar à meia noite de segunda-feira. E dirigentes das sete centrais sindicais do país deram apoio à paralisação. Por meio de nota, citam a alta dos preços dos combustíveis, a disparada da **inflação** e responsabilizam o governo federal. "Neste ano, a gasolina já acumula um aumento de 74% e o diesel 65%. O impacto sobre os preços promove a carestia, como no caso do botijão de gás que custa em torno de R\$ 100. A **inflação** anual já beira os 10%", destaca a nota.

O risco maior (Editorial)

Ao elevar a taxa básica de juros de 6,25% para 7,75% ao ano, o Banco Central anunciou que a economia brasileira será abatida pela onda mais agressiva de aperto monetário em quase duas décadas.

Pelo que se depreende da leitura do **comunicado** divulgado pela instituição nesta quarta-feira (27), pode ser ainda pior. A taxa Selic deve ir a pelo menos 9,25% em dezembro, com outro aumento de 1,5 ponto percentual.

Até esta semana, o ritmo de incremento era de 1 ponto, já em marcha forçada para conter a **inflação**, que surpreende desde o segundo trimestre. O passo pode ser acelerado ainda outra vez em caso de descontrole das expectativas econômicas.

O risco maior é de descrédito das normas que estipulam um limite para a despesa federal e que em certa medida contêm o crescimento da dívida pública. Jair Bolsonaro, com a aprovação de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha pela revisão do teto de gastos.

O Banco Central deu a entender que não tem como certa a aprovação da emenda constitucional que aumenta o teto. A aceleração do ritmo da Selic agora seria apenas para conter o estrago já feito pelos planos irresponsáveis de Bolsonaro e Guedes.

Disseminou-se ainda mais a impressão de que nem mesmo regras inscritas na Constituição, como a do teto, reprimem o descuido com as contas públicas. Renovou-se o temor de que a dívida do governo volte a crescer sem freio, como entre 2014 e 2017.

A dívida federal aumentou de modo expressivo, mas em tese passageiro, durante a epidemia. A **inflação** mais alta do que se esperava elevou o custo de financiá-la, pois provocou aumento das taxas de juros. Agora, todos esses problemas se realimentam.

O choque inflacionário mundial continua, agravado pela desvalorização do real, em parte devida aos desatinos de Bolsonaro. O aumento de gastos e o desmonte do teto contribuem para piorar as expectativas inflacionárias. Tal degradação pressiona os juros e leva o BC a acelerar a Selic. A dívida aumenta e os juros altos encarecem ainda mais seu financiamento.

O governo deficitário não consegue nem ao menos pagar suas despesas básicas com a receita

disponível. A conta de juros, não paga e cada vez maior, se acumula na pilha de dívidas. O passivo aumenta também em relação ao tamanho da economia, que deve permanecer estagnada em 2022.

Em resumo, é esse processo que gera temores de descontrole da dívida. Um limite crível para o gasto público, qualquer que seja sua versão, contribuiria para desanuviar o ambiente. Sem tal controle, resta a espiral que realimenta a degradação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>
13

Proposta não garante ampliação de emendas para R\$ 16 bilhões

Thiago Resende *brasilíia*

A proposta para expandir os gastos públicos e viabilizar a ampliação do Auxílio Brasil não é suficiente para que o Orçamento de 2022 tenha espaço para encaixar o valor desejado por líderes partidários para as emendas parlamentares em ano eleitoral.

Emendas parlamentares são usadas por deputados e senadores para enviar dinheiro a obras e projetos em suas bases eleitorais. Com isso, eles ganham mais capital político -o que é especialmente relevante às vésperas de eleição.

Cálculos de técnicos da Consultoria de Orçamento da Câmara nesta quinta (28) mostram que, mesmo num cenário de **inflação** mais alta, o efeito da PEC (proposta de emenda à Constituição) já está bastante comprometido por medidas prometidas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Portanto, para que congressistas consigam encaixar R\$ 16 bilhões na verba carimbada como emendas de relator, deve ser necessário cortar despesas previstas pelo governo.

Os maiores beneficiados por essas emendas de relator são aliados do Palácio do Planalto e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Desde o ano passado, um alto volume de recursos são alocados como emendas de autoria do relator do Orçamento, mas o dinheiro, na prática, é distribuído para a base de apoio de Bolsonaro no Congresso.

A PEC dos precatórios prevê duas medidas que permitem ampliar os gastos federais. Uma delas cria um limite para o pagamento de precatórios, que são dívidas da União já reconhecidas pela Justiça. As sentenças judiciais que ficarem fora desse limite devem ser pagas em anos posteriores.

A segunda medida tem o objetivo de flexibilizar o teto de gastos, que é a regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**.

Pelas contas de técnicos da Câmara, se a **inflação** de 2021 for de 9%, a versão atual da PEC autorizará uma expansão de R\$ 94,2 bilhões nos gastos do próximo ano. Cerca de R\$ 44 bilhões são resultado do adiamento na quitação de precatórios, e pouco mais

de R\$ 50 bilhões se referem à mudança no teto de despesas.

No entanto, quase todo esse dinheiro já está endereçado a propostas patrocinadas por Bolsonaro, que quer se fortalecer para a disputa à reeleição.

A ampliação do valor do Auxílio Brasil, que deve substituir o Bolsa Família, para R\$ 400, no mínimo, por beneficiário deve custar R\$ 49,3 bilhões no próximo ano.

Cerca de R\$ 600 milhões devem ser usados para pagar o auxílio-gás. O Congresso aprovou um projeto que subsidia em pelo menos 50% o valor do botijão para famílias de baixa renda, com objetivo de aliviar o efeito do aumento do preço do produto no orçamento familiar.

Para a chamada "bolsa diesel", devem ser usados R\$ 3,6 bilhões no próximo ano. Bolsonaro prometeu um programa de R\$ 400 por mês a cerca de 750 mil caminhoneiros.

O governo tem ainda que elevar em R\$ 27,2 bilhões o valor de despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e seguro-desemprego, por causa da alta na **inflação**. Esses benefícios são corrigidos de acordo com a alta de preços do período.

Sobram, portanto, R\$ 13,4 bilhões para que o Congresso possa remanejar dentro de outras despesas do Orçamento de 2022 -o que já está abaixo do valor defendido por líderes para as emendas de relator.

Para conseguir espaço para os R\$ 16 bilhões de emendas, o relator do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), teria que cortar despesas de outras áreas, além de negociar com partidos para garantir a aprovação da medida. A oposição é contra esse tipo de emenda, pois fortalece a influência de Bolsonaro e de Lira na Câmara.

O Congresso também discute elevar o fundo de financiamento das campanhas eleitorais de R\$ 2 bilhões para R\$ 5 bilhões no próximo ano. Ou seja, um aumento de R\$ 3 bilhões, o que dificulta ainda mais o fechamento das contas de 2022.

Técnicos da Câmara lembram que há um projeto para prorrogar a desoneração da folha de pagamentos (medida que reduz o custo de contratação de mão de obra) para 17 setores da economia. Se aprovado, isso representa um custo de R\$ 8,3 bilhões em 2022.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

13

Efeito da PEC dos Precatórios no Orçamento

Pressão por gastos é maior que espaço aberto no Orçamento

Despesas em discussão, em R\$ bilhões



Inflação do aluguel tem alta de 0,64% em outubro e alcança 21,73% em 12 meses

O IGP-M (índice Geral de Preços Mercado) subiu 0,64% em outubro e chegou a 21,73% em 12 meses, informou nesta quinta-feira (28) a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A previsão de analistas ouvidos pela agência Bloomberg era de que a variação mensal ficasse em 0,22%. Em setembro, a variação do índice, que é conhecido como a **inflação** dos aluguéis, ficou negativa pela primeira vez desde o início de 2020. A retração de 0,64% foi puxada pela queda do preço do minério de ferro.

Em outubro, a queda menos acentuada dos preços do minério de ferro, combinada com a alta do diesel, foram as duas principais contribuições para que o índice voltasse a acelerar, segundo o coordenador de índice de preços do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV André Braz.

O resultado em outubro poderá ser aplicado aos contratos com aniversário em novembro. Se os proprietários dos imóveis decidirem aplicar o índice de maneira integral, um locatário que hoje pague R\$ 3.000 de aluguel passará a pagar R\$ 3.651 em dezembro.

A aplicação integral do índice, porém, não é obrigatória. Segundo pesquisa de locação do Secovi-SP (sindicato da habitação), os novos contratos fechados na capital em setembro tiveram valor médio 0,31% menor do que no mês anterior.

O IGP-M virou um indexador de aluguéis, mas a lei do inquilinato, que rege os contratos de locação não estabeleceu o índice de correção. A legislação apenas prevê a necessidade de as partes acertarem uma atualização anual para os contratos.

Com a variação em mãos, os proprietários podem definir a correção dos aluguéis já para o mês seguinte.

A partir de meados do ano passado, o IGP-M entrou em trajetória de alta, pressionado pelos preços no atacado - em sua maioria, commodities negociadas em dólar.

O índice chegou a um pico em maio, a 37,04%, quando começou a cair, mas ainda está muito superior ao IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplo). Apesar da escalada da **inflação** oficial, os dois índices seguem descolados e com trajetórias contrárias - o IGP-M vem em queda e o IPCA, em alta.

Em outubro, a prévia da **inflação** oficial, o IPCA-15, já bateu 10,34% em 12 meses, a maior variação desde 1995.

O descolamento dos dois índices resultou em uma onda de renegociações de contratos, ações judiciais e até um projeto de lei. Esse último está na pauta da Câmara dos Deputados desde a semana passada, mas ainda não foi colocado em votação. A proposta prevê a substituição do IGP--M pelo IPCA.

Empresas que administram imóveis, como a Lello e a Quinto Andar, deixaram de usar o índice como padrão em novos contratos e abriram canais de negociação entre proprietários e inquilinos. FB

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

13

Fundo compra imóveis para alugar a famílias com desconto

Fernanda Brigatti são paulo

Há pouco mais de dois anos, Enzo, hoje com quatro anos, vivia no hospital, uma internação depois da outra, sempre por complicações respiratórias. A mãe, Mariana da Silva Moura, 35, conta ter ouvido de médicos, mais de uma vez, a mesma pergunta: "o quarto em que ele dorme é bem ventilado?". Não era.

Mariana, o marido e os três filhos -duas meninas mais velhas do que Enzo- moraram durante quase seis anos em uma ocupação na região central de São Paulo, nos Campos Elíseos. O espaço, antes destinado a um comércio, ficava sobre o sistema de escoamento de esgoto do prédio e só tinha uma janela, que era voltada para o interior do residencial

"Eu tenho muito a agradecer por ter conseguido morar lá, mas era complicado, fã teve chuva que a caixa de esgoto transbordou dentro do quarto. Era tudo espremido, úmido. Nós estávamos sempre procurando, mas o aluguel é muito caro", diz.

Em 2019, a família de Mariana foi selecionada por um projeto que tenta democratizar o acesso à moradia por meio de compra ou comodato de casas e apartamentos em situação de abandono ou que favoreçam uma negociação.

Os aluguéis, voltados a famílias de baixa renda vivendo em cortiços, ficam entre 30% e 50% mais baratos do que os praticados pelo mercado. O imóvel em que Mariana vive tem 47 m² e foi cedido ao Fundo Fica por meio de comodato. Uma reforma foi bancada com o dinheiro de doações.

"Mudou totalmente nossa vida, em muita coisa. Tem segurança para o meu marido, que sai cedo para o trabalho, o espaço, o conforto. Sem contar a felicidade das minhas meninas, que agora têm o cantinho delas", diz Mariana. Enzo também já não demanda tantas idas ao hospital.

A família paga R\$ 343 pelo aluguel e outros R\$ 467 pelo condomínio. O aluguel de um apartamento de 48 metros quadrados na mesma rua em que a família vive pode chegar a R\$2.300, segundo um agregador de anúncios imobiliários.

"O mercado de moradia, o mundo dos cortiços, é muito

perverso. A pessoa está sempre no limite. O que nós queremos é desintermediar esses aluguéis e torná-los acessíveis", diz o diretor do Fica, Renato Cymbalista, para quem o modelo de propriedade não especulativa e com finalidade social precisa ser difundido no Brasil.

Em novembro, terão novos endereços três famílias selecionadas em um novo braço de atuação do Fundo Fica, batizado de Compartilha.

No lugar do financiamento via doações -que podem ser de diversos valores-, nesse segmento o fundo propôs a captação por meio de investidores que receberão retorno de 4% ao ano durante dez anos.

Esse percentual, diz Cymbalista, virá do pagamento dos aluguéis e garantirá que os investidores não percam dinheiro -ainda que, em muitos momentos, esse retorno fique abaixo da **inflação**. As cotas foram de R\$ 10 mil e o investimento será garantido pelo próprio imóvel -se algo der errado, ele é vendido e os valores serão devolvidos. Ao todo, R\$ 325 mil foram captados.

Somados aos R\$ 150 mil que o fundo colocou como investidor (vindos de doações), os valores permitiram a compra dessa casa, localizada no Bom Retiro, e o levantamento de parte do dinheiro a ser usado em uma próxima casa.

Roberto Fontes, coordenador do Compartilha, diz que a seleção dos futuros moradores do Bom Retiro está em fase final. Os três quartos da casa serão ocupados por famílias de até quatro pessoas -grupos chefiados por mulheres foram priorizados na escolha.

"Nos cortiços, essas pessoas ficam expostas à violência, há muita insegurança, com consequências na saúde. Para o projeto, elas não precisam de fiador, não precisam de comprovante de renda", diz.

Os gestores do projeto destacam também a segurança jurídica dos aluguéis por meio do Fica e do Compartilha. Todos os moradores têm contratos de locação cobertos pela lei do inquilinato, proteção inexistente em cortiços e pensões.

Hoje, o alcance do projeto ainda é limitado. Com o desenho do Compartilha, a expectativa do Fica é conseguir aumentar o número de famílias atendidas.

Ainda assim, nos próximos quatro anos, o projeto terá chegado aso famílias.

Cymbalista diz esperar que o fundo atraia a atenção do poder público para que iniciativas semelhantes possam ser incluídas na elaboração de políticas. Para ganhar escala, é necessário que haja dinheiro, mas o Estado pode atuar desde a solução de burocracias e a regularização de imóveis, até privilegiar o acesso em leilões de espaços desocupados.

"Esperamos que a gente possa ser levado a sério na elaboração de políticas. Há uma quantidade enorme de pessoas que precisam de moradias, mas cuja renda não chega a ser suficiente. Moradia regular precisa ser uma prioridade", afirma Cymbalista.

Não se sabe quantos são, hoje, os cortiços em São Paulo. Em 2002, a Fundação Seade estimava 160 mil famílias vivendo em 24 mil moradias multifamiliares na zona central da capital paulista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

13

Contração fiscal ou monetária? (Artigo)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

O debate macroeconômico brasileiro virou papo de maluco, com vários analistas defendendo recessão por arrocho fiscal para evitar recessão por arrocho monetário.

Especificamente, os defensores do teto **Temer** de gasto dizem que a decisão do ministro Paulo Guedes (Economia) em gastar mais R\$ 90 bilhões em 2022 causará recessão, devido ao aumento da Selic (a taxa básica de juros) necessário para combater a depreciação cambial e seu impacto na **inflação**.

Para nossos fiscalistas do "morra quem morrer", o governo federal deveria cortar seu gasto primário, de 18,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2021, para 17,5% do **PIB** em 2022. Uma contração fiscal de 1,4 ponto do **PIB**, em uma economia com alto desemprego, aumento da pobreza e risco de recessão para... Não pode rir... Ajudar os mais pobres!

O que nossos fiscalistas de planilha esqueceram de dizer é que, para manter o atual teto de gastos, o governo teria que cortar ainda mais os recursos de investimento, saúde e educação, além de diminuir o valor do auxílio emergencial e tirar mais de 10 milhões de pessoas do programa de transferência de renda do governo.

Entre receber auxílio emergencial ou nada em 2022, é racional que essa entidade chamada "eleitor" prefira receber a transferência adicional do governo, mesmo que sob risco de mais juro e **inflação**, pois até agora todas as projeções de melhora social feitas pelo "mercado" deram errado.

Estamos completando cinco anos de promessas fariálimers de que "era só tirar a Dilma", de que o paraíso estava logo ali, desde que os mais pobres aceitassem um pouco de sacrifício, uma rodada de reformas de redução do papel do Estado na proteção social.

Houve várias reformas, na Previdência, no mercado de trabalho, nas concessões e no preço de combustível, e ainda assim o Brasil não decolou. O Brasil permaneceu estagnado entre 2017 e 2019 e, depois do choque da Covid, voltará à estagnação em 2022.

Diante do fracasso da agenda de política econômica

de **Temer** e Bolsonaro, que nada mais é do que o projeto tucano de um "Brasil para poucos", é natural que a população brasileira e nossa classe política percam a paciência com o discurso financista.

O problema é que só perder a paciência não resolve. Para sair do buraco em que os tucanos, **Temer** e Bolsonaro nos meteram é preciso ter nova proposta de política econômica com duração de mais de um ano.

O governo Bolsonaro fez certo em furar o teto **Temer** de gasto em 2022, mas para que isso não tivesse impacto desfavorável no câmbio e na **inflação**, também é necessário garantir que o gasto adicional será bem aplicado, bem como apresentar nova regra fiscal para 2023 em diante. Como Bolsonaro não fez a segunda e terceira partes, houve reação exagerada dos mercados financeiros à mudança fiscal.

Para ser construtivo, o governo ainda pode resolver a situação com duas medidas. Primeiro, sinalizar claramente qual e onde será o gasto adicional de 2022, pois as estimativas atuais variam de R\$ 85 a R\$ 135 bilhões, em coisas meritórias como Bolsa Família e duvidosas como emendas de relator. Segundo, mudar permanentemente a regra do teto de gasto, criando novo limite fiscal para a despesa primária, com permissão para crescimento real de gastos essenciais em investimento, saúde e educação, mesmo que seja com emissão de dívida no curto prazo (dois anos), a ser financiado com tributação mais progressiva no médio prazo (quatro a oito anos).

Sei que a proposta acima é pedir demais à atual equipe econômica, mas quem sabe alguém no Congresso resolve intervir no governo e fazer o que é certo, como ocorreu em 2020. Ainda dá tempo de diminuir o estrago.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

13

Brasil aumenta 9,5% as emissões de gases-estufa mesmo com pandemia

Phillippe Watanabe

Mesmo com a pandemia de Covid-19, que parou o mundo e reduziu as emissões globais de gases do efeito estufa em 2020, o Brasil aumentou as suas em 9,5% na comparação ao ano anterior.

Com isso, o país atingiu o maior valor de toneladas de gases emitidos desde 2006. O principal responsável pela situação foi o elevado desmatamento na Amazônia e no cerrado, uma constante sob o governo de Jair Bolsonaro.

Em 2020, o Brasil emitiu 2,16 bilhões de toneladas de CO₂ e (leia CO₂ equivalente, que é uma soma de todos os gases-estufa), segundo dados do Seeg (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa), lançados nesta quinta-feira (28), dias antes da COP26, a Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, que começa no domingo (31).

O programa faz o levantamento anual das emissões brasileiras e aponta detalhadamente os setores dos quais são provenientes. Em 2019, foram 1,97 bilhão de toneladas. Os 9,5% de aumento representam a maior alta percentual desde 2003.

A mudança no uso da terra (em linhas gerais, desmatamento) foi responsável sozinho por 46% das emissões nacionais em 2020-ou 998 milhões de toneladas de CO₂ e- e permanece como a fonte central de gases-estufa.

Os gases lançados pelo desmate tiveram aumento de 23% em relação ao ano anterior. Esse crescimento acabou anulando a queda de emissões causada pela pandemia no setor de energia (que inclui os transportes) e jogou para cima os dados do Brasil.

A agropecuária aparece em seguida na lista das atividades mais poluentes no país, responsável por 27% das emissões brutas, o equivalente a 577 milhões de toneladas de CO₂e. A lista segue com o setor de energia (18%), processos industriais (5%) e a área de resíduos (4%).

Considerando que parte do desmate na Amazônia tem ligações com atividades agropecuárias, o agronegócio responde por uma fatia importante das emissões

nacionais. Segundo o Seeg, em 2020, cerca de 73% das emissões do Brasil estavam direta ou indiretamente ligadas à produção rural e à especulação com terras.

Pelo peso do desmate nas emissões, os estados líderes em gases-estufa no país são Pará e Mato Grosso. Em seguida aparecem Minas Gerais e São Paulo, que em 2020 perdeu a terceira posição, pelo impacto da pandemia na atividade do estado.

Os dados do Seeg apontam uma curva crescente de emissões do país na última década. Isso se torna ainda mais problemático no contexto de crise climática, em que grandes poluidores -caso do Brasil, quinto no ranking mundial- devem fazer mais esforços para conter o problema.

O Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário, aponta para a necessidade de cortar emissões de gases-estufa para conter o aumento da temperatura média global a índice abaixo de 2°C e preferencialmente até 1,5°C.

O relatório mais recente do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima), porém, aponta para a dificuldade de se alcançar tal objetivo e para situações irreversíveis na crise. Análises das metas climáticas dos países (chamadas de NDCs) que fazem parte do Acordo de Paris também mostram que o objetivo permanece distante, mais especificamente, próximo a um aumento de temperatura de 2,7°C.

A destruição da Amazônia brasileira -e consequentemente, as emissões que esse processo gera- tem recebido cada vez mais atenção internacional. O desmatamento em níveis altos deve fragilizar o Brasil na mesa de negociação da COP26.

O governo Bolsonaro, que planeja, mais uma vez, ir ao encontro apostando na basca de verbas para evitar a destruição, fez, no início dessa semana, o lançamento do Programa Nacional de Crescimento Verde. O plano, porém, é genérico, sem detalhes de ações.

O projeto Política por Inteiro, que acompanha alterações na legislação, apontou que se trata de "mais um programa embalado de "verde".

O setor de energia foi o único que apresentou redução

de emissões, com queda de 4,6%. Isso ocorreu por medidas de isolamento no país, segundo o relatório do Seeg, que levaram a um menor consumo de gasolina. Fora isso, o consumo de eletricidade -também parte da alçada do setor de energia- não sofreu grandes alterações em 2020.

Para a próxima edição do Seeg, referente a 2021, porém, a situação nesse setor deve mudar. Com a crise hídrica e energética que se instalou no país este ano, mais usinas termelétricas foram acionadas, o que deve elevar as emissões.

Já o setor de processos industriais teve uma leve oscilação, de 0,5%, para cima.

A agropecuária também apresentou aumento de emissões, 2,5%. Isso aconteceu porque durante a crise decorrente da pandemia, houve redução no consumo de carne no país. Com isso, o gado acaba quando mais tempo no pasto, e assim, solta mais metano (um dos gases-estufa).

A pandemia também impactou o setor de resíduos, com aumento de 1,6% nas emissões. O boletim do Seeg aponta que isso ocorreu pelo tratamento de efluentes domésticos e crescimento da geração de resíduos sólidos.

Além do contexto de crise climática e maior necessidade de ambição na redução de gases-estufa, os dados de emissões de 2020 também são importantes por fazerem parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A lei de 2009, em seu artigo 12, estipulava que o país deveria reduzir suas emissões, até o no passado, entre 36,1% e 38,9%, em relação a projeções hipotéticas-algo que, inclusive, é criticado em um atual projeto de lei que busca antecipar a redução de emissões.

Segundo o relatório do Seeg, o cálculo para tal projeção foi inflado, seguindo as premissas de que o **PIB** teria crescimento anual de 5% e de que toda a demanda adicional de energia seria atendida por combustíveis fósseis. De toda forma, o Brasil ficou "abaixo do limite menos ambicioso, o que permite afirmar que o Brasil "passou raspando" pela meta", afirma o documento.

Ao mesmo tempo, o país descumpriu outra norma presente na política, a de reduzir em 80%, até 2020, em relação à média de 1996 a 2005, o desmatamento na Amazônia.

Chama a atenção também que, desde a regulamentação da política climática nacional, em

2010, as emissões brasileiras cresceram 23,2%.

O contexto faz com que o país entre em situação delicada em uma década climática decisiva. "Com tudo isso, o país entra formalmente no período de cumprimento do Acordo de Paris, «112021, em situação muito desconfortável do ponto de vista das políticas de clima", aponta o relatório.

Fora os aumentos de emissões, o Brasil chegará à COP26 com uma nova meta climática, lançada no fim de 2020, relacionada ao Acordo de Paris que permite aumentar a quantidade de gases-estufa emitidos.

Segundo um relatório do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) lançado nesta semana, entre os países do G20, somente México e Brasil regrediram em suas ambições climáticas. Agora, as metas de ambos os países são judicialmente contestadas.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Governo avalia prorrogar auxílio emergencial

ADRIANA FERNANDES IDIANA TOMAZELLI BRASÍLIA

Sem garantia de aprovação da PEC dos precatórios, que libera espaço para que o Auxílio Brasil pague ao menos R\$ 400 até dezembro de 2022, o presidente Jair Bolsonaro tem sido aconselhado a fazer uma consulta formal ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial.

A ideia está entre as alternativas que são analisadas por lideranças do Congresso e integrantes do governo para contornar o revés imposto pela falta de quórum na votação da PEC na quarta-feira passada. A proposta abre ao menos R\$ 83 bilhões para gastos no Orçamento de 2022, parte destinada à ampliação do Auxílio Brasil. Há promessa de nova votação após o feriado, mas lideranças têm dúvidas se o governo terá os 308 votos necessários para a aprovação do texto. O assunto precisa ser liquidado até a segunda semana de novembro para viabilizar os pagamentos.

Outra opção defendida nos bastidores é de uma nova decretação de calamidade pública, o que abriria caminho ao pagamento de benefícios sociais sem as travas fiscais que existem hoje.

As duas medidas podem, inclusive, vir combinadas, pois há uma dúvida jurídica se seria necessário decretar estado de calamidade para, então, prorrogar o auxílio emergencial.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, conversas informais sobre a extensão do benefício já ocorreram, mas a consulta ainda não foi formalizada ao TCU. Uma fonte da ala política do governo afirma que, caso a PEC não seja aprovada, dificilmente Bolsonaro "vai ficar sentado sem fazer nada".

O auxílio emergencial atual, que paga parcelas que vão de R\$ 150 a R\$ 375, acaba neste domingo.

Pouco mais de 39 milhões de famílias são beneficiadas.

Há nos bastidores a discussão se a prorrogação alcançaria todos os atuais beneficiários, como é o desejo da ala política, ou se ficaria restrita às 17 milhões de famílias que farão parte do Auxílio Brasil.

As alternativas ganharam força ontem, depois do vaivém de declarações de autoridades e muita incerteza sobre qual será a fórmula final adotada pelo governo para contemplar os vulneráveis.

SEM "PLANO B". O ministro da Cidadania, João Roma, disse que o governo está empenhado na votação da PEC. "Não há plano B. Estamos focados na aprovação da PEC", disse. Ele descartou a prorrogação do auxílio e explicou que, mesmo que houvesse decisão nesse sentido, não haveria mais tempo hábil para pagar o benefício em novembro.

Lideranças governistas mudaram de discurso ao longo do dia. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse, no início da tarde, que não haveria nem prorrogação do auxílio, nem decretação de calamidade. "Vai passar precatório.

Já está tudo certo, tem dia para votar, e a mobilização está feita", disse. Horas depois, Barros admitiu a hipótese de extensão do benefício.

Para levar adiante a proposta de prorrogar o auxílio emergencial, o argumento é o de que os efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19 persistem.

A extensão do benefício social se daria por meio de crédito extraordinário, fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Estratégia

Extensão do benefício social se daria por meio de crédito extraordinário, fora do teto de gastos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Um mau governo contamina (Editorial)

Aresistência parece se esvaír até mesmo em setores que se mostravam imunes à deterioração da economia decorrente da inépcia e da irresponsabilidade do governo de Jair Bolsonaro no trato de assuntos de interesse coletivo. A indústria da construção, cujo desempenho vinha superando o dos demais segmentos, dá sinais de que começa a perder o vigor. A confiança do empresário da construção caiu em outubro, depois de cinco meses de alta. No mercado imobiliário, lançamentos começam a superar as vendas, invertendo uma tendência que vinha sendo observada há vários meses. Os financiamentos para a compra de casa própria diminuem.

Essa mudança de trajetória não chega a surpreender.

O cenário econômico piorou. O poder de compra dos consumidores não está evoluindo no mesmo ritmo do avanço dos preços. Embora continuem em níveis historicamente baixos, os juros estão subindo.

As projeções para o crescimento da economia neste e no próximo ano vão sendo cortadas a cada nova avaliação com o mercado feita semanalmente pelo Banco Central. A **inflação** se acelera. E as finanças públicas cada vez mais parecem descontroladas. Para o governo federal, nada disso importa.

A queda de 0,3 ponto do Índice de Confiança da Construção, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), após cinco meses consecutivos de alta, parece sintetizar a mudança do cenário. É uma variação ainda discreta, mas, se persistir, pode tornar-se significativa num segmento de grande capacidade de absorção de mão de obra e cujo desempenho vinha superando amplamente o de outros.

O quadro atual afetou o humor do empresariado.

"Uma avaliação mais negativa dos negócios no presente levou à primeira queda da confiança do setor em seis meses", diz a coordenadora do estudo do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo.

O mercado imobiliário, por exemplo, mostrou grande vigor a partir de março do ano passado, quando a pandemia impôs severas restrições às demais atividades econômicas. Mas o quadro talvez não seja mais esse. Relatórios preliminares das maiores incorporadoras do País indicam que o setor ampliou os lançamentos no terceiro trimestre do ano, mas o ritmo não foi acompanhado pelas vendas. Os lançamentos

aumentaram 19,2%, enquanto as vendas líquidas cresceram apenas 1,7%, como mostrou reportagem do Estado (23/10).

Quanto ao crédito, dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) indicam que os financiamentos imobiliários com recursos das cadernetas mostram bons resultados no acumulado do ano e dos últimos 12 meses.

Mas diminuíram 15% em setembro, na comparação com agosto.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) aponta a alta dos preços de materiais, equipamentos e serviços como um importante entrave ao crescimento do setor, que estima em 5% neste ano. O problema vem sendo destacado desde o início do ano, mas dados recentes mostram que, embora ele persista, seu peso vem diminuindo. Em seu lugar, passam a crescer as dificuldades que um mau governo não para de criar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC dá recado ao governo com a alta dos juros (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar fecha em R\$ 5,62 com risco fiscal e Selic

STEPHANIE TONDO E VITOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB dos EUA desacelera, com falhas em suprimento

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desancoragem fiscal pode levar inflação e juro a círculo vicioso

Lucinda Pinto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Antes crédito extraordinário que PEC, diz Pessoa

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Gasolina e gás de cozinha rumam para recorde

André Ramalho

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Dificuldade em aprovar PEC pode fazer governo prorrogar auxílio

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

STF deve decidir sobre tabela do frete no início de 2022

Luísa Martins e Isadora Peron

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187049?page=1§ion=1